

MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ**Despacho n.º 3226/2026**

Sumário: Nomeação, em regime de substituição, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, chefe da Divisão de Desenvolvimento Humano e Social, de Maria da Conceição Bastos Pereira.

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 02/02/2026, no uso das competências que lhe são conferidas pelas disposições conjugadas na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, foi designada em regime de substituição, a técnica superior Maria da Conceição Bastos Pereira, com licenciatura em serviço social, para o exercício do cargo de Dirigente Intermédio de 2.º grau da Divisão de Desenvolvimento Humano e Social.

1 — O Regulamento Interno dos Serviços Municipais e Estrutura Orgânica para 2026, aprovado e publicado como Regulamento n.º 83/2026, criou e definiu a Divisão de Desenvolvimento Humano e Social, unidade orgânica flexível de 2.º grau, integrada na nova estrutura hierarquizada do Município de Alfândega da Fé;

2 — O referido Regulamento entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2026, tornando necessário assegurar, desde essa data, a direção, coordenação e funcionamento regular da unidade orgânica em causa;

3 — Nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à administração local por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, designadamente em caso de vacatura do lugar, sendo dispensado o procedimento concursal;

4 — A trabalhadora a designar reúne os requisitos legais de recrutamento, possui formação académica adequada, experiência profissional relevante e perfil compatível com as funções a desempenhar;

5 — A designação em regime de substituição visa assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, enquanto decorrem os procedimentos legalmente previstos para o provimento definitivo do cargo;

Determino, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 35.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o seguinte:

1 — Nomear, em regime de substituição, a técnica superior Maria da Conceição Bastos Pereira, com licenciatura em serviço social, para o exercício do cargo de Dirigente Intermédio de 2.º grau da Divisão de Desenvolvimento Humano e Social;

2 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de fevereiro de 2026;

3 — A nomeada, ao abrigo do disposto no artigo 154.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, pode optar pela remuneração base correspondente à sua carreira e categoria de origem, mantendo a remuneração da carreira de técnica superior, não lhe sendo aplicável o regime remuneratório previsto no artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

4 — A nomeada mantém o vínculo jurídico de emprego público e o lugar no mapa de pessoal de origem;

5 — A substituição mantém-se nos termos e pelos prazos legalmente previstos, cessando nos casos legalmente estabelecidos.

O presente despacho deve ser notificado à interessada e comunicado aos serviços competentes para os devidos efeitos administrativos e remuneratórios.

2 de fevereiro de 2026. — O Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Manuel Dobrões Tavares.

319965276